



ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

PARECER Nº 200/2009

DATA: 17.08.2009

LICITAÇÃO: 051/2009 – PREGÃO PRESENCIAL – Lote 01.

PROCESSO: 929/2008

OBJETO: Contratação de empresa para intermediação de transporte aéreo nacional, hospedagem, locação de veículos e serviços afins.

RECORRENTE: HRA VIAGENS E TURISMO LTDA.

**RECORRIDAS: PRIMEIRA: RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO e
SEGUNDA: ITS VIAGENS E TURISMO LTDA**

ASSUNTO: Recurso contra ato do Pregoeiro

Senhora Pregoeira

Com vistas a subsidiar a decisão de Vossa Senhoria, apresentamos a análise acerca do Recurso interposto, legítima e tempestivamente, pela empresa HRA VIAGENS E TURISMO LTDA. diante de seu inconformismo pela aceitação de propostas que afirma serem inexeqüíveis, diante dos descontos na prestação de serviços, oferecidos pelas empresas RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO (10,10%) e ITS VIAGENS E TURISMO LTDA (10,07%), em relação ao Lote 01 da Licitação nº. 051/2009.

Em suas razões, alega a Recorrente que, ao comercializar passagens aéreas junto aos órgãos públicos,

"nenhuma agência de viagens recebe um valor superior a 7,00%, valor este bruto e 6,92%, já descontado os impostos para a Cia. Aérea TAM e 6,74 para a Cia. Aérea GOL, de comissão sobre a venda de passagens aéreas quando a venda é destinada a órgãos públicos."

Tendo em vista os valores repassados às agências de viagem, argumenta a empresa recorrente que as propostas oferecidas pelas empresas Rodna Travel Viagens e Turismo (10,10%) e ITS Viagens e Turismo Ltda. (10,07%) superam em mais de 3,00% o valor máximo bruto das comissões oferecidas pelas Cias. Aéreas, fato que tornaria as propostas inexeqüíveis.

Para subsidiar suas alegações apresenta declaração da VRG Linhas Aéreas Ltda. – Grupo Gol, na qual se atesta que a empresa HRA Viagens e Turismo Ltda. recebe de comissão 6,74% sobre as tarifas comercializadas para Órgãos Públicos e também declaração da Cia. TAM, na qual se afirma que, para emissões domésticas, a empresa paga o montante de 7% a título de comissão.

Apresenta ainda demonstrativo de vendas realizadas pela HRA Viagens Ltda. junto à empresa TAM.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Instada a se manifestar, a 1ª Recorrida – Rodna Travel Viagens e Turismo Ltda. – alega, em apertada síntese, que sua proposta é perfeitamente exequível, que encontra respaldo em seus rentáveis balanços patrimoniais, o que lhe garante a possibilidade de oferecer maiores descontos.

Alega ainda que, a despeito dos índices informados pela Recorrente, existe a negociação de metas entre as Cias. Aéreas e as Agências de Turismo, o que permite uma margem de negociação entre os valores a serem recebidos por empresas de viagem, o que reforça a plausibilidade de sua proposta.

Ressalta que o valor das passagens aéreas não é a única fonte de rentabilidade do contrato buscado pelo TJMG; afirma a existência de outros fatores intrínsecos à avença que também são de interesse da Rodna Ltda., tais como a ampliação do seu rol de clientes, através da excelência dos serviços prestados pela Agência.

Por fim, reforça que a Administração deve sempre buscar a proposta mais vantajosa, reafirmando seu compromisso de cumprimento da proposta apresentada e pedindo, como consequência, a manutenção da decisão ora recorrida.

Já a 2ª Recorrida, não apresentou contra-razões.

É esse o breve relatório. Passemos à análise dos fatos e fundamentos elencados no presente recurso administrativo.

1. Inicialmente, é de se ressaltar que os entes públicos devem total obediência ao princípio da legalidade, preceito regente de toda a atividade Administrativa.

Este preceito não pode ser afastado ou sofrer interpretação restritiva, tal como asseverado pelo Min. Marco Aurélio de Mello, em seu voto no julgamento do MS 24.872/DF:

"A Administração Pública é norteada por princípios conducentes à segurança jurídica — da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. A variação de enfoques, seja qual for a justificativa, não se coaduna com os citados princípios, sob pena de grassar a insegurança." (grifo nosso) ¹

A incidência do princípio da legalidade é também estudada por Diógenes Gasparini, que aduz:

"O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu ator. Qualquer ação estatal sem o calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo o que a lei permite e tudo que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda

¹ STF: MS 24.872/DF. Rel. Min. Marco Aurélio. Pleno. DJ 30-09-05.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

assim, quando e como autoriza...²(grifos nossos).

Como cediço, as licitações públicas constituem a regra para as contratações no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988:

"Art. 37: (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Já o Estatuto das Licitações, remete-se expressamente à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº. 8.666/1993:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Como bem esclarece Marçal Justen Filho, a vantajosidade colimada na licitação é definida a partir de dois fatores: o preço do serviço e a qualidade da prestação:

"A vantagem não se relaciona apenas e exclusivamente com a questão financeira. O Estado necessita receber prestações satisfatórias, de qualidade adequada..."

.. Por isso, os critérios de julgamento das licitações obedecem, basicamente, a critérios de valor econômico e de qualidade técnica. De modo geral, a vantagem buscada pela Administração deriva da conjugação dos aspectos da qualidade e da onerosidade. Significa dizer que a Administração busca a maior qualidade da prestação e o maior benefício econômico."³

Com relação à compra de passagens aéreas, por muito tempo se discutiu sobre quais os critérios a serem eleitos para a seleção da proposta mais vantajosa.

A definição do parâmetro de julgamento da melhor proposta, na aquisição de passagens aéreas, é reconhecida pelo TCU como tarefa de difícil conclusão, em vista das inúmeras peculiaridades que cercam essa contratação:

"Digno de registro que a licitação de passagens aéreas com a intermediação de agências de turismo é reconhecida pela jurisprudência do TCU como matéria controversa, dada a dificuldade na fixação de critérios de julgamento das propostas,

² GAPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 10 ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2005. Pg. 7.

³ FILHO, Marçal Justen. *op. cit.* Pg. 64.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

bem como de sua exeqüibilidade, de modo a garantir a busca das condições mais vantajosas para a Administração."⁴

Diante desse panorama, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais estabeleceu, no Edital nº. 051/2009 os critérios que norteariam a seleção da proposta mais adequada:

"4.8. O julgamento das propostas será com base no menor valor total do lote.

4.8.1. Para o cálculo do valor de cada lote, o licitante deverá ofertar percentuais de desconto para:

- LOTE 1: Desconto oferecido às passagens aéreas emitidas:%, (excluídas as taxas cobradas pelas companhias aéreas;)

(...)

4.8.3. O valor da proposta será obtido do resultado da seguinte fórmula:

Lote 1: Valor da Proposta = R\$250.000,00 - [R\$250.000,00 x (Desconto ofertado/100)]."(grifos nossos).

2. Denota-se que o Edital formulado por este Tribunal elegeu o maior desconto sobre o valor da passagem aérea como critério de seleção da proposta mais vantajosa.

Caso não concordasse com as nuances consideradas pela Administração Pública para a seleção da melhor proposta, poderia a Recorrente se insurgir contra as disposições, podendo, por exemplo, manejar impugnação ao instrumento convocatório. Poderia, ainda, ter optado por não participar do certame licitatório, por não concordar com as disposições editalícias.

No entanto, ao ingressar no certame licitatório sem questionar quaisquer incumbências, este aderiu integralmente aos termos do Edital nº. 051/2009.

O princípio da vinculação ao edital já foi alvo de diversos posicionamentos exarados pelo Tribunal de Contas da União. A título ilustrativo, colacionamos decisão na qual a matéria foi ventilada.

"3. A decisão subjetiva é rechaçada pelo ordenamento jurídico, que impõe o julgamento objetivo e a vinculação ao edital, em homenagem aos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

4. O edital é a lei interna do processo de licitação, vinculando aos seus termos tanto a Administração Pública como os licitantes. Não seria aceitável que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e, no decorrer do processo ou na realização do julgamento, se afastasse do estabelecido. Ou ainda, que aceitasse de apenas um dos participantes a apresentação de proposta em desacordo com o estabelecido."⁵ (grifo nosso).

2.1. Sedimentada a participação das concorrentes, a estas cumpriria oferecer a melhor proposta, dentro de suas possibilidades.

Buscando oferecer a proposta mais vantajosa, nada obsta que um licitante

⁴ TCU: Acórdão nº. 2861/2008 - Plenário - Relator Ministro Marcos Vinícios Vilaça - D.O.U. 09.12.2008.



decida abrir mão de parte dos lucros auferíveis na relação, com vistas a conseguir celebrar a contratação.

No ponto, há que se destacar que as agências de viagem não sobrevivem apenas das passagens comercializadas junto ao setor público.

A título ilustrativo, colaciona-se trechos de um estudo⁶ realizado pelo SEBRAE-DF, traçando o perfil das operações realizadas pelas agências de turismo daquele território.

Primeiramente, trazemos um quadro apresentando as principais áreas exploradas pelas agências de viagem do DF:



Tabela 33. Nichos de mercado explorados pelas agências do DF

Nichos de mercado	%
Turismo Infanto-juvenil	30,1
Turismo rural	21,4
Turismo rodoviário	30,1
Turismo de negócios	62,1
Ecoturismo	38,8
Turismo místico	18,4
Turismo religioso	33,0
Turismo cívico	23,3
Turismo cultural	46,6
Turismo de sol e praia	47,6
Turismo gastronômico	9,7
Turismo de eventos	62,1
Turismo saúde	14,6
GLS	10,7
Turismo de incentivos	11,7
Outro	18,4
Base de agências	103**

** Apenas para quem trabalha com nichos de mercado

Por estes dados, percebe-se que, mesmo numa localidade onde grande parte da população economicamente ativa é formada por servidores públicos, o turismo de negócios, em que pese ser a principal, não é a única atividade exercida por estas empresas.

⁶ SANTOS, Regina Célia Xavier dos. **Estudos de Agências de Viagens e turismo.** / Regina Célia Xavier dos Santos e Neljanir da Silva.Guimarães. Brasília: SEBRAE-DF, 2005. Pgs. 34 e 36.



5



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Adicionalmente, trazemos quadro demonstrativo dos serviços oferecidos pelas agências de turismo locais, no qual é possível constatar a ampla variedade de serviços prestados pelas companhias de viagens que atuam em segmentos similares:

Tabela 35. Área de atuação: serviços que a agência oferece

Serviços	% respondentes
Venda de pacotes turísticos	96,0
Prestação de serviço de turismo receptivo	74,6
Realização de traslado	85,3
Realização de city tour	81,9
Aluguel de imóveis	18,6
Operação de câmbio	7,9
Apoio a congressos e eventos	67,2
Representação de outras empresas	35,0
Reserva e venda de ingressos para espetáculos	45,8
Despachante/Doc. para viajantes (passaportes, vistos)	27,7
Locação de automóveis	79,7
Locação de ônibus	72,9
Locação de helicópteros	39,5
Locação de aeronaves	39,5
Locação de vans	68,9
Locação de táxi	35,6
Outros	15,3
Base	177

* Questão de múltipla escolha, percentuais somam mais que 100%

Estes demonstrativos acabam por reforçar as alegações formuladas pela 1ª Recorrida.

Como se observou, as atividades prestadas por empresas do ramo de turismo apresentam tamanha variação, a ponto de permitir que a empresa venha a abrir mão de parte de seus possíveis lucros, sem que isso venha a torná-las insolventes.

Não obstante, acrescente-se que, tal como informa a 1ª Recorrida, as agências de turismo possuem ampla margem de negociação junto às companhias aéreas, o que lhes permite obter melhores preços em razão da produtividade observada na venda de passagens.

Esta peculiaridade, aliás, já foi relatada em Acórdão de autoria do Tribunal de Contas da União, no qual se aduziu:

"Tais discussões acerca do critério de julgamento mais vantajoso para a Administração e da limitação nas análises da exequibilidade na aquisição de

6



*passagens aéreas aparecem, ainda, no Acórdão 1.290/2007 - Plenário, de 27/6/2007, no qual consta informação sobre a extrema flexibilidade das agências na negociação dos descontos sobre a comissão recebida das companhias aéreas, bem como seus reflexos no desconto sobre o faturamento da tarifa cheia na emissão das passagens."*⁷ (grifos nossos).

A situação de empresas que, aparentemente abriram mão de seus lucros já foi analisada pelo TCU. A Corte admite, em determinadas espécies de contratação, a adoção de critérios editalícios que, à primeira vista, resultariam em prejuízo econômico para a licitante.

Nesse sentido, destaca-se trecho de decisão em que a Corte de Contas admitiu a prática de taxa de administração negativa em proposta formulada por licitante. Vejamos:

"...Como visto, o cerne da matéria constante da presente representação diz respeito à possibilidade de se admitir ou não a oferta de taxas zero ou negativas em concorrências públicas para a contratação de serviços de fornecimento de vales alimentação ou refeição, em face da proibição contida no parágrafo 3º do art. 44 da Lei de Licitações, referente à inadmissibilidade de se admitir "proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

(...)

6. Ocorre, porém, que no laborioso trabalho realizado pelo Sr. Analista Wagner César Vieira esse destaca com acuidade, o quão temeroso seria utilizar-se como único critério para se determinar a exequibilidade da taxa de administração os aspectos de sua positividade ou negatividade, visto que poderíamos estar incorrendo em "enganosa interpretação" do citado dispositivo legal.

7. Isso porque, conforme foi apurado na inspeção em apreço, a remuneração das empresas desse ramo não se restringe à taxa de administração cobrada ou aos rendimentos eventualmente obtidos no mercado financeiro. Fica assente neste trabalho que a remuneração dessas empresas advém também das taxas de serviços cobradas dos estabelecimentos conveniados (as quais variam de 1 a 8%), das sobras de caixa que são aplicadas no mercado financeiro e das diferenças em número de dias existentes entre as operações que realiza como emissão de tickets, utilização desse pelo usuário, pagamento dos tickets pelo cliente, reembolso à rede de credenciados (varia de 7 a 16 dias).

8. Não menos esclarecedora é a colocação do Douto Ministério Público ao afirmar que não devemos nos ater apenas ao aspecto formal da norma, mas, sim, perseguir seu objetivo que é garantir que a proposta apresentada seja

⁷ TCU: Acórdão nº. 2861/2008 - Plenário - Relator Ministro Marcos Vinícios Vilça - D.O.U. 09.12.2008.



exequível, ou seja, permita a realização da obra e/ou serviço de boa qualidade, sem interrupções, ou mesmo, prevenir a administração da apresentação de constantes pleitos de aumentos de preços, o que, sem dúvida alguma, pode ser considerado como forma de burlar a concorrência pública.

9. Na realidade, não existiu por parte da Administração Pública a exigência de se ofertar taxas negativas. Essas taxas são ditadas pelo próprio mercado, haja vista que de 13 (treze) empresas consultadas, 10 (dez) apresentaram propostas com taxas negativas. Da mesma forma, após tal realidade fática, não vejo como afirmar que essas taxas sejam incompatíveis com as praticadas pelo mercado, vendo descaracterizada, assim, a inexecutabilidade dos preços, pois as empresas, numa sociedade capitalista como a que vivenciamos hoje, não conceberiam trabalhar com prejuízo.

10. Assiste, assim, razão à Unidade técnica quando essa afirma que o que deve prevalecer é a prova inequívoca de que o ofertante será capaz de, uma vez a ele adjudicado o objeto da licitação, executá-lo à vista de seus custos e receitas auferidas. Afinal, não se pode admitir que uma vez compatível a taxa ofertada, não possa a Administração Pública realizar bons negócios. A Lei de Licitações busca conciliar a proposta mais vantajosa para a administração com os princípios da igualdade, moralidade, legalidade e legitimidade.

11. Necessário se faz aplicar a norma ao caso concreto, e neste caso não se pode desprezar a realidade do ramo de negócio envolvido, muito menos a sua evolução, sob o risco de sermos atropelados pela realidade social e econômica em constante mutação. ⁸(grifos nossos).

O fato de oferecer proposta aparentemente desvantajosa ao licitante não significa que esta seja inexecutável; a desclassificação de uma proposta, sob a alegação de inexecutabilidade, é medida somente aplicável a casos extremos, nos quais reste comprovado, cabalmente, que os valores oferecidos são inatingíveis pelo licitante.

Discorrendo sobre o tema, Joel De Menezes Niebuhr sentencia que:

"A proposta inexecutável é aquela que não se reveste de condições de ser cumprida, porquanto gera ao seu autor mais ônus do que vantagens. Frequentemente, a proposta inexecutável é apurada mediante a constatação de que o preço ofertado não cobre os custos necessários a sua execução."⁹

Também o Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre a matéria. Em julgamento relatado pelo Min. Marcos Vilela tratou-se da excepcionalidade que cerca a medida:

3. O primeiro fato que causa espécie neste certame é a desclassificação sumária das propostas mais baixas. Acredito que o juízo de inexecutabilidade seja uma das

⁸ TCU: **Decisão nº. 38/1996** - Plenário - Relator Ministro Adhemar Paladini Ghisi - D.O.U. 04.03.1996.

⁹ NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. Curitiba: Zênite, 2008. p. 294.

¹⁰ TCU: **Acórdão 284/2008** - Plenário. Rel. Min. Marcos Vilela. D.O.U. 03.03.2008.



faculdades postas à disposição da Administração cujo exercício demanda a máxima cautela e comedimento. Afinal, é preciso um conhecimento muito profundo do objeto contratado, seus custos e métodos de produção para que se possa afirmar, com razoável grau de certeza, que certo produto ou serviço não pode ser fornecido por aquele preço. A questão se torna mais delicada quando verificamos que o valor com que uma empresa consegue oferecer um bem no mercado depende, muitas vezes, de particularidades inerentes àquele negócio, como, por exemplo, a existência de estoques antigos, a disponibilidade imediata do produto, a economia de escala, etc. Nestes casos pode existir um descolamento dos preços praticados por determinado fornecedor em relação aos dos demais concorrentes, sem que isso implique sua inexecuibilidade.¹⁰ (grifos nossos).

Defronte às circunstâncias, é de exaltar o acerto com o qual agiu V. S^a., que, ciente de suas responsabilidades e agindo sob o império dos princípios da supremacia do interesse público e da economicidade, acatou as propostas ofertadas pelas empresas Rodna Travel Viagens e Turismo e ITS Viagens e Turismo Ltda., ambas em patamares superiores ao alegado índice de repasse às Agências de Viagem (7%).

Não poderia agir de outra forma. Diante da especificidade inerente à situação de desclassificação de uma proposta por inexecuibilidade de seu preço, só é dado ao condutor do pregão desconsiderar aquelas propostas que sejam gritantemente inalcançáveis – as quais não demandam dilação probatória para serem desclassificadas.

A jurisprudência do Tribunal de Contas é uníssona em afirmar que o juízo de admissibilidade das propostas, exercido pelo pregoeiro, é sucinto, devendo ser aberta oportunidade para que as partes comprovem a exequibilidade de suas ofertas. Nesse sentido, temos que:

"..Nos termos da jurisprudência do TCU, não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar a inexecuibilidade da proposta da licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas.

(...)

10. De fato, assiste razão aos Responsáveis quando aduzem que não há regra específica sobre a inexecuibilidade de preços para a aquisição de bens de consumo. A lei nº 8.666/1993, utilizada de forma subsidiária no pregão, define parâmetros de cálculo para a verificação da exequibilidade, somente para obras e serviços de engenharia (art. 48, § 1º). Também não há nos Decretos nºs 3.555/2000 e 5.450/2005, que regem o pregão, dispositivo específico tratando de inexecuibilidade de preços.

11. Diante desta lacuna, não cabe ao pregoeiro estipular, de maneira subjetiva, critérios de exequibilidade de preços, uma vez que não há espaço para subjetivismos na condução dos certames públicos (art. 44, § 1º, da Lei de Licitações).



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12. Para essas situações, já decidiu esta Corte que não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar a inexequibilidade da proposta da licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas (Acórdão nº 1.100/2008 - Plenário).

13. Tal solução privilegia o interesse público, ao resguardar a Administração de levar a frente um certame em que a proposta é inexequível, no mesmo passo em que impede a utilização de subjetivismos na decisão.¹¹ (grifos nossos).

Por último, vale destacar que a empresa Rodna Travel Ltda. é a atual prestadora dos serviços de venda de passagem aérea a este Tribunal, não havendo, até o presente momento, qualquer tipo de objeção quanto aos serviços por ela fornecidos a esta Casa.

2.2 Não bastasse a argumentação supra exposta, outro fator a ser exaltado é a proximidade do montante das propostas oferecidas pelos concorrentes.

Ora, o fato de termos descontos tão próximos (10,10% e 10,07%), apresentados por diferentes licitantes, nos parece circunstância suficiente para atestar que a proposta oferecida pela Empresa Rodna Travel Ltda. mostra-se perfeitamente exequível.

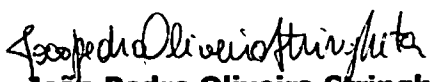
Caso o preço oferecido pela licitante vencedora fosse flagrantemente inatingível, como quer a Recorrente, jamais poderíamos cogitar a apresentação de valores tão próximos. Isto porque um dos maiores indicadores de inexequibilidade de uma proposta é, sem sombra de dúvida, a disparidade dos valores envolvidos na contratação.

Desta forma, em que pese não ser prova inconteste de que os preços apresentados são exequíveis, o fato de termos preços tão semelhantes, apresentados por Agências concorrentes, pode ser considerado um indício robusto de exequibilidade da oferta apresentada pela licitante vencedora.

CONCLUSÃO:

Feitas essas considerações, esta Assessoria opina, *s.m.j.*, pela manutenção incólume da decisão de Vossa Senhoria quanto à aceitabilidade da classificação dos valores ofertados na etapa de lances pelas Recorridas, e consequentemente a declaração de vencedora à empresa Rodna Travel Viagens e Turismo Ltda., eis que prolatadas em perfeita consonância com os ditames normativos disciplinadores da matéria.

À sua elevada e criteriosa apreciação.


João Pedro Oliveira Stringheta
Técnico Judiciário – ASCONT


Adriana Lage de Faria Navarro
Assessora Jurídica – ASCONT

¹¹ TCU: Acórdão 559/2009 – Plenário. Rel. Min. Augusto Nardes. D.O.U. 20.02.2009.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

DATA: 17.08.2009

LICITAÇÃO: 051/2009 – PREGÃO PRESENCIAL – Lote 01.

PROCESSO: 929/2008

OBJETO: Contratação de empresa para intermediação de transporte aéreo nacional, hospedagem, locação de veículos e serviços afins.

RECORRENTE: HRA VIAGENS E TURISMO LTDA.

**RECORRIDAS: PRIMEIRA: RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO e
SEGUNDA: ITS VIAGENS E TURISMO LTDA**

ASSUNTO: Recurso contra ato do Pregoeiro

DECISÃO DO PREGOEIRO:

Com base nos fundamentos do Parecer da ASCONT, nº. 200/2009, mantenho a decisão de aceitabilidade da classificação dos valores ofertados na etapa de lances pelas Recorridas, e consequentemente a declaração de vencedora à empresa Rodna Travel Viagens e Turismo Ltda.

Encaminhem-se os autos à DIRSEP para análise do recurso.

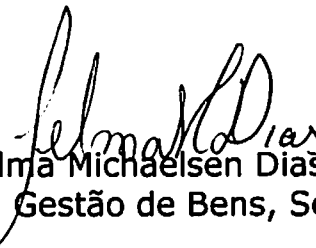
Em 17/08/2009.


Sheilla da Conceição Santos Guerra
Pregoeira

DESPACHO DA DIRSEP:

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, Nº. 200/2009, conheço do recurso, interposto tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhe provimento, ratificando a decisão da Srª. Pregoeira, no tocante à aceitabilidade da classificação dos valores ofertados na etapa de lances pelas Recorridas, e consequentemente a declaração de vencedora à empresa Rodna Travel Viagens e Turismo Ltda. Encaminhem-se os autos à GECOMP para as providências relativas ao certame.

Em 17/08/2009.


Selma Michaelsen Dias
Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio